



Demonstrações Contábeis

Sicoob Leste Capixaba 1º Semestre **2022**

Cooperativa de Crédito Leste Capixaba
Sicoob Leste Capixaba | 32.430.233/0001-10



SICOOB

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S. as Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2022 da Cooperativa de Crédito Leste Capixaba – Sicoob Leste Capixaba em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2022, o Sicoob Leste Capixaba completa 33 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

1.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No exercício de 2021, o mercado apresentou uma melhora em função do avanço da vacinação e a queda da quantidade de óbitos.

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

1.1.1 Aplicativo Sicoob

O aplicativo Sicoob reúne diversas soluções financeiras e de compras, ofertando ao associado uma melhor experiência como associação digital, simulação e contratação de crédito, seguros, recarga de celular, meios de pagamentos e transferências eletrônicas (TED, DOC, Pix, Boletão), depósito de cheque online, consultas de saldos e extratos, investimentos, débito automático, gestão de cartões, configuração de limites personalizados, depósitos de cheques, saques sem cartão, contrato de produtos digitais, dentre outros.

Além do autoatendimento dos produtos e serviços via app Sicoob, também oferecemos atendimento personalizado no chat do app e no Whatsapp 61 4000-1111, a partir de nossa assistente virtual Alice ou diretamente com nossos funcionários, fornecendo assim uma maior comodidade e segurança ao associado.

Também disponibilizamos em nosso site www.sicoob.com.br/sicoobnet a possibilidade de utilizar as mesmas funcionalidades do app a partir do computador.

Visando um engajamento corporativo destinado exclusivamente aos cooperados da instituição, o Sicoob criou o app Sicoob Moob. Este app reúne diversas funcionalidades úteis e inovadoras como divulgação de eventos, assembleias e eleições das cooperativas, confirmação de presença e acesso aos convites. Além destas funcionalidades, possibilitamos a oferta de propostas e negociação de bens das cooperativas do Sicoob ES em nossa Comunidade de Negócios, contendo fotos e informações dos produtos, negociação de valores e esclarecimentos.

1.1.2 Novas Linhas de Crédito

Em 2021 foi iniciado Produto Parceiro Mais que tem por objetivo disponibilizar uma solução de financiamento de bens e serviços para os lojistas que queiram se cadastrar e assim ofertarem esta opção de crédito para seus clientes, visando facilitar o acesso ao crédito para a população e impulsionando o mercado da região.

Outra ação desenvolvida em 2021 foi o aumento da carteira de Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que se trata de do programa do Governo Federal que tem como finalidade de desenvolvimento do Micro e Pequeno empresário. Este crédito pode ser utilizado para investimentos e capital de giro isolado ou associado ao investimento, isso significa que os recursos obtidos podem ser utilizados para investimento no negócio e/ou para despesa operacionais alavancando desta forma o mercado local. Destas operações liberadas, o Sicoob ES poderá requerer em garantia do Fundo Garantidor de Operação – FGO, regido pela Lei 12.087 de 2009, em 100% do valor de cada operação em garantia.

Por fim em dezembro de 2021 foi iniciado o Projeto Água Limpa + Saúde consiste no acordo de cooperação entre SICOOB ES e Empresas Parceiras, com o objetivo de promover, divulgar e incentivar que produtores rurais do Espírito Santo adotem em suas propriedades o tratamento adequado do esgoto sanitário doméstico através da instalação de biodigestor. O Sicoob participa do projeto disponibilizando o financiamento a baixo custo (taxa de 0,99 a.m) e concedendo um bônus de adimplência de 100% dos juros da parcela paga de forma adimplente.

No primeiro semestre de 2022 foi implementado o "Customer Experience", conjunto de percepções e métricas para atribuir limites automáticos com base no histórico do associado junto ao Sicoob. Esta ferramenta busca melhorar a experiência e a satisfação do associado, com adequando limite de crédito disponibilizado e sem deixar de se preocupar com o risco de inadimplência.

1.1.3 Crescimento

No primeiro semestre de 2022 os números combinados das Cooperativas do Sistema Sicoob ES atingiram um total de ativo de R\$ 14,2 bilhões, um crescimento de 27,49% comparado com o mesmo período de 2021. Esse aumento também refletiu nos demais números do semestre, como por exemplo, a carteira de crédito que aumentou 34,43% comparada a 2021 atingindo R\$ 8,9 bilhões. Os depósitos totais também cresceram 27,56%, alcançando R\$ 9,9 bilhões do primeiro semestre de 2022.

Com relação ao resultado combinado do primeiro semestre de 2022, as cooperativas alcançaram a marca de 403 milhões em sobras brutas, esse valor resultou no expressivo crescimento de 64,12% comparado ao resultado de 2021. O total de provisão de Juros sobre Capital Próprio atingiu o montante de R\$ 65 milhões, 375% superior ao remunerado em 2021.

Todos os números citados acima resultaram em R\$ 338 milhões de Sobras à Liquidas o que representa um crescimento de 45,68% quando comparado a 2021.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes do Créditos de Liq.Duvidosa	88.824	87.307	1,74
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	29.281	21.576	35,71
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	6.809	13.964	(51,24)
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	30.583	26.800	14,12
Receitas com Ato Não Cooperativo	10.104	10.461	(3,41)
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	44.310	36.383	21,79
Despesas tributarias	620	1.066	(41,84)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	9.455	444	2.029,50
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	59.879	10.918	448,44
Juros ao Capital	17.846	3.749	376,02
Sobras Bruta	111.561	64.501	72,96

Contribuíram para compor as sobras do primeiro semestre de 2022:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 14,12%, o resultado da intermediação financeira aumentou 1,74% em relação ao mesmo período de 2021.

No primeiro semestre de 2022 ocorreu um aumento 448,44% na receita de Ingressos e Depósitos Intercooperativos quando comparado ao primeiro semestre de 2021.

A provisão de Juros ao Capital no primeiro semestre de 2022 está sendo 376,02% maior que no mesmo período de 2021.

Os valores de outros ingressos e Receitas operacionais aumentaram em 2.029,50% quando comparado ao primeiro semestre de 2021.

Em 30/06/2022 foi atingido um total de 111.561 em Sobras Brutas um aumento de 72,96% comparado com 30/06/2021.

2.2) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Jun/2022	Jan a Jun/2021	Varição
Ativos Totais	3.712.241	2.880.112	28,89
Centralização Financeira	1.192.413	840.216	41,92
Carteira de Crédito	2.372.872	1.922.594	23,42
Depósitos	2.154.371	1.823.484	18,15
Patrimônio Líquido	773.276	615.866	25,56
Patrimônio de Referência (PR)	727.427	579.438	25,54

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2022:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 3.712.241 ao final do primeiro semestre de 2022, com crescimento de 28,89% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados.

Em 30 de junho de 2022 o saldo da carteira de crédito atingiu o montante R\$ 2.372.872 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 23,42% em relação a 30 de junho de 2021.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 30/06/2022 o saldo de R\$1.192.413 mil, crescimento de 41,92% em relação a 30 de junho de 2021.

Os depósitos obtiveram um aumento de 18,15% considerando o mesmo período de 2021, atingindo no final do primeiro semestre de 2022 o montante de R\$ 2.154.371 mil.

O patrimônio líquido cresceu 25,56% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 773.276 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	30/06/2022			30/06/2021			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Total	% Total
Crédito Rural	310.398	100.416	410.814	197.915	14.139	212.054	198.760	93,73
Crédito Comercial	361.520	1.600.538	1.962.058	323.768	1.386.772	1.710.540	251.518	14,70
Total	671.918	1.700.954	2.372.872	521.683	1.400.911	1.922.594	450.278	23,42

3) Pessoas

Contávamos com 272 colaboradores no final de junho de 2022. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 13.751 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final junho de 2022, houve uma concentração de 77,56% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Sicoob.

No primeiro semestre de 2021, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 75 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 39 foram classificadas procedentes e com exceção de 3 demandas, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Linhares – ES, 14 de julho de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 30/06/2022 e de 31/12/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO		3.712.241	3.276.311
DISPONIBILIDADES	4.	20.458	14.029
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.745.906	3.329.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	154.368	147.979
Relações Interfinanceiras		1.192.426	972.464
Centralização Financeira	6.	1.192.413	972.464
Outras Relações Interfinanceiras	7.	13	-
Operações de Crédito	8.	2.372.872	2.190.009
Outros Ativos Financeiros	9.	26.240	18.580
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(194.499)	(181.524)
(-) Operações de Crédito	8.e	(191.348)	(179.275)
(-) Outras	9.1	(3.151)	(2.249)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10.	1.248	534
OUTROS ATIVOS	11.	9.295	7.496
INVESTIMENTOS	12.	89.917	69.463
IMOBILIZADO DE USO	13.	52.935	49.328
INTANGÍVEL	13.	847	846
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13.	(13.866)	(12.893)
TOTAL DO ATIVO		3.712.241	3.276.311
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.712.241	3.276.311
DEPÓSITOS	14.	2.154.371	1.968.203
Depósitos à Vista		745.423	742.492
Depósitos Sob Aviso		867	884
Depósitos à Prazo		1.408.081	1.224.827
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		695.183	558.440
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	15.	357.101	235.089
Relações Interfinanceiras		319.293	298.162
Repasse Interfinanceiros	16.	319.286	298.162
Outras Relações Interfinanceiras	18.	7	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.	16.901	18.020
Outros Passivos Financeiros	19.	1.888	7.169
PROVISÕES	20.	13.065	11.818
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	21.	1.586	1.408
OUTROS PASSIVOS	22.	74.760	52.135
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		773.276	684.307
CAPITAL SOCIAL	24.a	355.096	309.003
RESERVAS DE SOBRAS		324.465	324.465
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		93.715	50.839
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.712.241	3.276.311

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	30/06/2022	30/06/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		245.032	119.399
Operações de Crédito	8.h	177.121	106.677
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	6.1	59.879	10.918
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	8.032	1.804
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(125.610)	(42.750)
Operações de Captação no Mercado	14.b	(86.303)	(15.942)
Operações de Empréstimos e Repasses	29.	(10.026)	(5.232)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.i	(29.281)	(21.576)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		119.422	76.649
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(5.365)	(4.012)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27.	16.849	15.503
Rendas de Tarifas	28.	13.734	11.297
Dispêndios e Despesas de Pessoal	30.	(13.751)	(11.322)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	31.	(22.945)	(18.363)
Dispêndios e Despesas Tributárias	32.	(620)	(1.066)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	33.	8.982	6.637
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	34.	(7.614)	(6.698)
PROVISÕES	35.	(1.188)	(548)
Provisões/Reversões para Contingências	35.1	(80)	(105)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	35.2	(1.108)	(443)
RESULTADO OPERACIONAL		112.869	72.089
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	36.	473	(6.193)
Lucros em Transações com Valores e Bens		111	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(514)	(90)
Ganhos de Capital		19	8
Rendas de Aluguel		-	13
Reversão de Provisões Não Operacionais		807	303
Outras Rendas Não Operacionais		137	23
(-) Perdas de Capital		(61)	(18)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(26)	(6.431)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		-	(1)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		113.342	65.896
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	22.c	(1.781)	(1.395)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DEST. E DOS JUROS AO CAPITAL		111.561	64.501
JUROS AO CAPITAL	26.	(17.846)	(3.749)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		93.715	60.752

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	111.561	64.501
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	111.561	64.501

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

Descrição	CAPITAL SUBS.	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTAT.	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	286.379	(4.700)	252.335	1.507	31.210	566.731
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(185)	(185)
Distribuição de sobras para associados	31.025	-	-	-	(31.025)	-
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	5	-	5
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	3.340	72	-	-	-	3.412
Por Devolução (-)	(14.798)	-	-	-	-	(14.798)
Estorno de Capital	(51)	-	-	-	-	(51)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	64.501	64.501
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(3.749)	(3.749)
Saldos em 30/06/2021	305.895	(4.628)	252.335	1.512	60.752	615.866
Saldos em 31/12/2021	315.557	(6.554)	322.653	1.812	50.839	684.307
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	-	-	-	-	(327)	(327)
Distribuição de sobras para associados	50.512	-	-	-	(50.512)	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.520	(227)	-	-	-	3.293
Por Devolução (-)	(7.650)	-	-	-	-	(7.650)
Estorno de Capital	(62)	-	-	-	-	(62)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	111.561	111.561
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(17.846)	(17.846)
Saldos em 30/06/2022	361.877	(6.781)	322.653	1.812	93.715	773.276

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 30/06/2022 e de 30/06/2021 | Em milhares de R\$

	30/06/2022	30/06/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	113.342	65.896
Distribuição de Sobras e Dividendos	(4.075)	(2.210)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	29.281	21.576
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	1.108	443
Provisões/Reversões Não Operacionais	(781)	6.128
Provisões/Reversões para Contingências	80	105
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	34	17
Depreciações e Amortizações	1.163	892
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	140.152	92.847
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(6.388)	(7.804)
Relações Interfinanceiras	(13)	(12)
Operações de Crédito	(197.665)	(158.782)
Outros Ativos Financeiros	(9.165)	(2.588)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(713)	(695)
Outros Ativos	(1.017)	(7.417)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Vista	2.931	117.937
Depósitos sob Aviso	(17)	(161)
Depósitos à Prazo	183.254	43.957
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	122.012	1.815
Relações Interfinanceiras	21.131	35.640
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.119)	(14.001)
Outros Passivos Financeiros	(5.281)	(1.822)
Provisões	57	15
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	178	(700)
Outros Passivos	2.998	2.258
Outras Destinações	(327)	(185)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	251.008	100.302
Atividades de Investimentos		
Distribuição de Dividendos	1.752	383
Distribuição de Sobras da Central	2.323	1.827
Aquisição de Intangível	(1)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.831)	(550)
Aquisição de Investimentos	(20.454)	(2.210)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(20.211)	(550)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	3.293	3.412
Devolução de Capital à Cooperados	(7.650)	(14.798)
Estorno de Capital	(62)	(51)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	(4.419)	(11.437)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	226.378	88.315
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	986.493	771.888
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	1.212.871	860.203
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	226.378	88.315

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30/06/2022 | Em milhares de R\$

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/05/1989**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB LESTE CAPIXABA**, sediado à **AVENIDA PREFEITO SAMUEL BATISTA CRUZ, N° 2905, NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, LINHARES - ES**, possui **22** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **MARILÂNDIA - ES, COLATINA - ES, SOORETAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRAÇU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA – ES, ILHÉUS – BA e ITABUNA – BA.**

O **SICOOB LESTE CAPIXABA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 28 de setembro de 2021 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 14/07/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pe-

las instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;

ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;

iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;

iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;

v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;

vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;

vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;

viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA** contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por Aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2022** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) COVID19 nas demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 30/06/2022 seja de ativos financeiros seja de ativos não financeiros.

y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2022**.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	20.458	14.029
Caixa	20.453	14.029
Depósitos Bancários	5	-
Relações interfinanceiras - centralização financeira até 90 dias (b)	1.192.413	972.464
Centralização financeira	1.192.413	972.464
Total	1.212.871	986.493

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros junto ao Banco Sicoob.

Em **30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	154.368	147.979
TOTAL	154.368	147.979

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As receitas recebidas dessa transação resultaram o montante conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.032	1.804
TOTAL	8.032	1.804

6. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Centralização Financeira - Cooperativas	1.192.413	972.464
TOTAL	1.192.413	972.464

6.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	59.879	10.918
TOTAL	59.879	10.918

7. Outras Relações Interfinanceiras Ativas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Correspondentes No País	13	-
TOTAL	13	-

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	2.047	-	2.047	788	-	788
Empréstimos	711.823	655.016	1.366.839	678.888	685.450	1.364.338
Títulos Descontados	71.125	-	71.125	71.069	-	71.069
Financiamentos	164.472	357.576	522.048	143.485	313.699	457.184
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	224.541	186.272	410.813	182.122	114.508	296.630
Total das Operações Crédito	1.174.008	1.198.864	2.372.872	1.076.352	1.113.657	2.190.009
(-) Provisões para Operações de Crédito	(81.284)	(110.064)	(191.348)	(73.268)	(106.007)	(179.275)
TOTAL	1.092.724	1.088.800	2.181.524	1.003.084	1.007.650	2.010.734

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	23.609	26	20.606	34.968	79.209	-	53.994	-
A	0,5%	Normal	123.051	4.759	67.439	101.714	296.963	(1.485)	324.441	(1.622)
B	1%	Normal	309.817	4.478	89.123	85.591	489.009	(4.890)	476.439	(4.764)
B	1%	Vencidas	877	37	259	-	1.173	(12)	2.447	(24)
C	3%	Normal	573.019	10.002	235.257	152.248	970.526	(29.116)	858.960	(25.769)
C	3%	Vencidas	2.166	286	931	160	3.543	(106)	2.711	(81)
D	10%	Normal	231.707	7.646	91.420	30.708	361.481	(36.148)	304.738	(30.474)
D	10%	Vencidas	2.663	362	648	-	3.673	(367)	4.327	(433)
E	30%	Normal	38.971	1.683	7.720	2.670	51.044	(15.313)	48.475	(14.543)
E	30%	Vencidas	4.845	640	416	-	5.901	(1.770)	4.968	(1.490)
F	50%	Normal	7.742	458	2.246	893	11.339	(5.669)	10.548	(5.274)
F	50%	Vencidas	2.838	324	185	-	3.347	(1.673)	4.016	(2.008)
G	70%	Normal	1.067	55	405	-	1.527	(1.069)	1.837	(1.286)
G	70%	Vencidas	1.010	221	126	-	1.357	(950)	2.004	(1.403)
H	100%	Normal	43.852	2.476	2.682	1.298	50.308	(50.308)	54.038	(54.038)
H	100%	Vencidas	37.599	1.725	2.585	563	42.472	(42.472)	36.066	(36.066)
Total Normal			1.352.835	31.583	516.898	410.090	2.311.406	(143.998)	2.133.470	(137.770)
Total Vencidos			51.998	3.595	5.150	723	61.466	(47.350)	56.539	(41.505)
Total Geral			1.404.833	35.178	522.048	410.813	2.372.872	(191.348)	2.190.009	(179.275)
Provisões			(145.753)	(6.660)	(26.819)	(12.116)	(191.348)		(179.275)	
Total Líquido			1.259.080	28.518	495.229	398.697	2.181.524		2.010.734	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	2.047	-	-	2.047
Cheque Especial/Conta garantida	33.131	-	-	33.131
Empréstimos	191.934	486.758	655.016	1.333.708
Títulos Descontados	66.772	4.353	-	71.125
Financiamentos	46.126	118.346	357.576	522.048
Financiamentos Rurais	111.218	113.323	186.272	410.813
TOTAL	451.228	722.780	1.198.864	2.372.872

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	401.425	79.572	32.937	513.934	22
Setor Privado - Indústria	169.185	18.142	1.024	188.351	8
Setor Privado - Serviços	607.195	302.205	62.107	971.507	41
Pessoa Física	242.627	118.893	310.398	671.918	28
Outros	19.578	3.236	4.348	27.162	1
TOTAL	1.440.010	522.048	410.814	2.372.872	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	179.275	158.201
Constituições	28.428	47.295
Transferência para prejuízo	(16.355)	(26.221)
TOTAL	191.348	179.275

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	47.812	2	47.865	2
10 Maiores Devedores	289.259	11	296.439	13
50 Maiores Devedores	762.200	30	741.658	31

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	171.613	178.929
Valor das operações transferidas no período	16.355	26.221
Valor das operações recuperadas no período	(6.809)	(28.430)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.018)	(5.107)
TOTAL	179.141	171.613

h) Rendas com Operações de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.026	811
Rendas de Empréstimos	115.515	66.868
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	6.801	4.338
Rendas de Financiamentos	35.886	15.944
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.882	262
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	3.574	2.741
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.361	739
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	2.569	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	1.698	1.010
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.809	13.964
TOTAL	177.121	106.677

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(68.063)	(51.092)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	41.188	30.765
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(2.668)	(1.513)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	262	264
TOTAL	(29.281)	(21.576)

As Despesas de Provisão para créditos de liquidação duvidosa refletem a variação nos saldos de Provisão para tais créditos gerados em consonância com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21.12.1999, de acordo com a classificação de risco das operações de crédito concedidas.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	4.424	-	4.424	3.091	-	3.091
Rendas a Receber (b)	14.767	-	14.767	9.061	-	9.061
Rendas Serviços arrecadação de convênios	1.295	-	1.295	1.195	-	1.195
Rendas da Centralização da Adm. Financeira	12.817	-	12.817	7.148	-	7.148
Outras Rendas a Receber	655	-	655	718	-	718
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	281	1.019	1.300	218	754	972
Títulos e Créditos a Receber (d)	1.401	-	1.401	1.166	-	1.166

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	-	4.348	4.348	-	4.290	4.290
Pis – Depósito Judicial	-	543	543	-	534	534
Cofins – Depósito Judicial	-	2.787	2.787	-	2.738	2.738
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	966	966	-	966	966
Outros	-	52	52	-	52	52
TOTAL	20.873	5.367	26.240	13.536	5.044	18.580

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

9.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(3.129)	-	(3.129)	(2.228)	-	(2.228)
Outros Créditos	(4)	(18)	(22)	(5)	(16)	(21)
Total	(3.133)	(18)	(3.151)	(2.233)	(16)	(2.249)

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A	0,5%	Normal	-	594	594	(3)	214	(1)
B	1%	Normal	-	121	121	(1)	139	(1)
C	3%	Normal	-	585	585	(17)	619	(19)
E	30%	Normal	471	-	472	(142)	337	(101)
E	30%	Vencidas	796	-	796	(239)	551	(166)
F	50%	Normal	166	-	166	(83)	13	(7)
F	50%	Vencidas	472	-	472	(236)	317	(158)
G	70%	Normal	23	-	23	(16)	26	(18)
G	70%	Vencidas	274	-	274	(192)	231	(162)
H	100%	Normal	32	-	32	(32)	35	(35)
H	100%	Vencidas	2.190	-	2.190	(2.190)	1.581	(1.581)
Total Normal			692	1.300	1.992	(294)	1.383	(182)
Total Vencidos			3.732	-	3.732	(2.857)	2.680	(2.067)
Total Geral			4.424	1.300	5.724	(3.151)	4.063	(2.249)
Provisões			(3.129)	(22)	(3.151)		(2.249)	
Total Líquido			1.295	1.278	2.573		1.814	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Ativos Fiscais Correntes são referentes a Impostos e Contribuições a compensar, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	409	409
Saldo Negativo de csll - Exercícios Anteriores	83	83
IRRF Sobre Comissões	2	-
Contribuição Social – Antecipações	222	-
IRPJ - Antecipações	459	-
Iss – Imposto S/ Serviço	6	6
Cofins a Compensar	-	15
Pis a Compensar	-	3
IR Retidos	2	-
Iof a Compensar	5	4
Valores a Restituir - PERDCOMP	60	14
TOTAL	1.248	534

11. Outros Ativos

11.1 Descrição – Curto Prazo	30/06/2022	31/12/2021
Diversos	1.538	1.234
Antecipação Salariais	574	242
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	7	2
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	290	288
Pagamentos a Ressarcir	249	582
Devedores Diversos – País	418	120
Outros Valores e Bens	2.783	1.001
Material em Estoque	116	20
Despesa Antecipada (III)	682	466
Sisol - Geração de energia fotovoltaica (a)	163	323
Software	169	86
Propaganda e Publicidade	128	-
Outras Despesas Antecipadas (b)	222	57
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	1.985	6.946
Outros Imóveis	1.960	6.907
Veículos	25	39
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	-	(6.431)
(-) Outros Imóveis	-	(6.431)
Total – Curto Prazo	4.321	2.235
11.2 Descrição – Longo Prazo	30/06/2022	31/12/2021
Outros Valores e Bens	4.974	5.261
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (I)	14.706	9.343
Veículos	30	31
Outros Imóveis	14.676	9.312
(-) Prov. Desv. Ativos Não Financ Mant. P Venda – Recebidos (II)	(9.732)	(4.082)
(-) Veículos	(30)	(31)
(-) Outros Imóveis	(9.702)	(4.051)
Total – Longo Prazo	4.974	5.261
Total Geral	9.295	7.496

(I) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(III). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

(a) Refere-se participação da Cooperativa no Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES com o objetivo de desenvolver ações de sustentabilidade ambiental que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia para utilização da cooperativa;

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, por exemplo.

12. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CENTRAL ES** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito).

Em **30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Central ES (a)	70.754	52.074
Participações intuição financeira controlada por cooperativa de crédito – Banco Sicoob (b)	19.163	17.389
TOTAL	89.917	69.463

(a) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no primeiro semestre de 2022 no valor de R\$ 2.323 mil. (No mesmo período de 2021 – R\$ 1.827 mil).

(b) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no primeiro semestre de 2022 de R\$ 1.752 mil (No mesmo período de 2021 foi de R\$ 383 mil).

13. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	6.976	401	
Terrenos	12.475	15.657	
Edificações	11.852	11.852	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(1.856)	(1.622)	
Instalações	11.675	11.646	4 - 25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(5.689)	(5.336)	
Mobiliários	2.670	2.678	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(1.394)	(1.298)	
Máquinas	257	252	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(81)	(71)	
Aparelhos de Refrigeração	1.585	1.557	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(786)	(720)	
Equipamentos de Processamento de Dados	3.786	3.592	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(2.240)	(2.103)	
Alarme	58	58	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(36)	(32)	
Cabines de Segurança	259	259	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(179)	(171)	
Armas e Equipamentos	557	555	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(388)	(370)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	301	301	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(199)	(189)	
Equipamentos de Comunicação	298	334	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(155)	(155)	
Veículos	186	186	20%

Descrição	30/06/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(149)	(130)	
Software e Direito de Uso (b)	847	846	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(714)	(696)	
Total Imobilizado de Uso	52.935	49.328	
Total Intangível	847	846	
Total Depreciação/Amortização	(13.866)	(12.893)	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 1.163 mil (no primeiro semestre de 2021 – R\$ 892 mil).

14. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósito à Vista	745.423	742.492
Depósito Sob Aviso	867	884
Depósito a Prazo – Circulante	1.408.081	1.224.827
TOTAL	2.154.371	1.968.203

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	85.700	4%	78.072	4%
10 Maiores Depositantes	392.839	16%	370.896	17%
50 Maiores Depositantes	676.461	27%	624.552	28%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(45)	(14)
Despesas de Depósitos a Prazo	(69.173)	(12.982)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.581)	(1.420)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(7.739)	(161)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(1.765)	(1.365)
TOTAL	(86.303)	(15.942)

15. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras. Prescrevem pela Lei nº 11.076/04 as Letras de Crédito do Agronegócio – LCA e a Lei de nº 10.931/04 vinculada as Letras de Crédito Imobiliário – LCI.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - LCA (a)	63.575	112.095	175.670	51.057	80.909	131.966
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário - LCI (b)	150.025	31.406	181.431	103.123	-	103.123
TOTAL	213.600	143.501	357.101	154.180	80.909	235.089

(a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

(b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

16. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central	28.508	2.299	30.807	43.807	1.528	45.335
Recursos do Banco Sicoob	144.801	134.932	279.733	133.786	106.270	240.056
Recursos do Banco Sicoob – Capital de Giro Livre	-	8.746	8.746	-	12.771	12.771
Total	173.309	145.977	319.286	177.593	120.569	298.162

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

17. Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (acima de 1 ano)	Total
Coop. Sicoob Central ES - Rotativo	16.901	-	16.901	16.901	-	16.901
Banco Sicoob - Rotativo	-	-	-	1.119	-	1.119
TOTAL	16.901	-	16.901	18.020	-	18.020

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

18. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as obrigações com Outras Relações Interfinanceiras com correspondentes cooperativistas, estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Correspondentes no País	7	-
TOTAL	7	-

19. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo por sua ordem.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Relações Interdependências	420	6.018
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	301	517

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ordens de Pagamento (b)	-	5.369
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	119	132
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	1.287	858
Operações de Crédito - IOF	737	660
Operação com Títulos e Valores Mobiliários	76	60
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	474	138
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	181	293
TOTAL	1.888	7.169

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

20. Provisões

Descrição	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Finan. Prestadas (a)	6.256	2.188	8.444	5.407	1.929	7.336
Provisão Para Contingências (b)	-	4.621	4.621	-	4.482	4.482
TOTAL	6.256	6.809	13.065	5.407	6.411	11.818

(a) Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2022**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 240.184 mil (R\$ 221.011 mil em **31/12/2021**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais é estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
	Provisão para Contingências	Provisão para Contingências
PIS	543	534
COFINS	2.787	2.738
Trabalhistas	1.050	961
Outras Contingências	241	249
Total	4.621	4.482

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de pagamento.

21. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais, correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo circulante na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	88	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	167	143
Imposto e contribuições s/ salários	712	788
IRRF sobre Aplicações Financeiras	539	222

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
IRRF sobre Juros ao Capital	-	159
Outros	80	96
TOTAL	1.586	1.408

22. Outros Passivos

Os valores demonstrados no quadro abaixo se encontram no Curto Prazo:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	5.258	8.462
Sociais e Estatutárias	51.125	34.519
Provisão de Juros ao Capital (b)	17.846	-
Provisão para Participações nos Lucros (c)	2.314	2.897
Resultado de Atos com Associados (d)	22.517	22.601
Resultado de Atos com Não Associados (d)	-	1.315
Cotas de Capital a Pagar (e)	8.448	7.706
Provisão para Pagamentos a Efetuar (f)	5.368	4.507
Despesa de Pessoal	2.644	1.799
Aluguéis	239	237
Custódia de Valores e Bens	30	31
Comunicações	5	23
Propaganda e Publicidade	106	-
Promoções E Relações Públicas	16	305
Segurança e Vigilância	12	-
Manutenção e Conservação de Bens	6	3
Transporte	135	97
Seguro	53	23
Plano de Saúde	17	9
Compensação	115	114
Seguros a Recolher	6	6
Seguros Prestamista	838	800
Provisão de Cartões a Pagar	384	340
Custo de Transações Interfinanceiras	294	343
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	165	161
Outras Despesas Administrativas	303	216
Credores Diversos – País (g)	13.009	4.647
Pagamento a Processar	253	377
Cooperativa Central	413	564
Valores a Pagar Arrecadação	9	2
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	66	79
Taxa de Gravames a Repassar	14	17
Cheques Depositados	2.067	376
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	9.661	894
Faturas Sicoobcard – Transitória	3	20
Valores a Liquidar – Parcelas de Crédito Consignado	63	2
Rendas Antecipadas	293	-
Outros	167	2.316
TOTAL	74.760	52.135

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se a provisão para pagamento em 31 de dezembro de 2022 dos juros ao capital aos associados.

(c) Consubstanciada pela Lei nº 10.101/00 e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ 1.781 mil no primeiro semestre de 2022 (R\$ 1.395 mil no 1º Sem/2021), a título de participação dos empregados nos resultados.

(d) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(e) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(f) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(g) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

23. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB LESTE CAPIXABA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

24. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Capital Social	355.096	309.003
Associados	113.047	104.864

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **13/04/2022**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, no valor de R\$ 50.512 mil.

25. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop):

Descrição	30/06/2022			30/06/2021		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	329.787	319.683	10.104	186.476	176.015	10.461
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(203.503)	(202.322)	(1.181)	(86.929)	(85.115)	(1.814)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(33.042)	(32.031)	(1.011)	(32.602)	(30.773)	(1.829)

Descrição	30/06/2022			30/06/2021		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Resultado Operacional	93.242	85.330	7.912	66.945	60.127	6.818
Outras Receitas	1.074	-	1.074	347	-	347
Outras Despesas	(601)	-	(601)	(6.540)	-	(6.540)
Outras Receitas e Despesas	473	-	473	(6.193)	-	(6.193)
Resultado do Período	93.715	85.330	8.385	60.752	60.127	625

26. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa no primeiro semestre de 2022 provisionou juros ao capital próprio no montante de R\$ 17.846 mil (R\$ 3.749 no 1º Sem/2021). Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Cobrança	4.939	4.575
Rendas Transações Intercredis	446	465
Rendas de Cartões	2.132	1.881
Rendas de Convênios	543	447
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	1.845	1.448
Rendas de Tarifas	1.146	1.074
Comissão com Venda de Consórcios	1.098	1.318
Comissão com Venda de Seguros	3.256	2.695
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	274	1.458
Rendas de Transações Interfinanceiras	973	-
Outras Rendas de Prestação de Serviços	197	142
TOTAL	16.849	15.503

28. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	3.114	2.633
Rendas de Serviços Prioritários - PF	595	819
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	10.025	7.845
TOTAL	13.734	11.297

29. Operações de Empréstimos e Repasses

As despesas relacionadas as transações de empréstimos e repasses resultaram ao primeiro semestre de 2022 e mesmo período de 2021 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com Empréstimos Rotativo¹	(910)	(354)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Sicoob Central ES	(893)	(213)
Despesas com Empréstimos Rotativo – Banco Sicoob	(17)	(141)
Despesas de Repasses Interfinanceiros²	(9.116)	(4.878)
Despesas de Repasses Interfinanceiros - Sicoob Central ES	(1.477)	(1.063)
Despesas de Repasses Interfinanceiros – Banco Sicoob	(7.639)	(3.815)
Total	(10.026)	(5.232)

¹Empréstimos demonstrados na nota 17.

²Repasses demonstrados na nota 16.

30. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.506)	(1.150)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.161)	(1.750)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.650)	(2.256)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.158)	(5.925)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1)	(11)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(275)	(230)
TOTAL	(13.751)	(11.322)

31. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(635)	(469)
Despesas de Aluguéis	(1.499)	(1.291)
Despesas de Comunicações	(509)	(464)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(375)	(224)
Despesas de Material	(368)	(279)
Despesas de Processamento de Dados	(3.461)	(3.188)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(852)	(415)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(764)	(261)
Despesas de Publicações	(9)	(14)
Despesas de Seguros	(55)	(49)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.795)	(4.599)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.138)	(937)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(948)	(834)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.560)	(1.188)
Despesas de Transporte	(721)	(509)
Despesas de Viagem no País	(25)	(6)
Despesas de Amortização	(18)	(10)
Despesas de Depreciação	(1.144)	(882)
Emolumentos judiciais e cartorários	(167)	(76)
Contribuição a OCE	(29)	(26)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(1.947)	(1.898)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(651)	(525)
Outras Despesas Administrativas	(275)	(219)
TOTAL	(22.945)	(18.363)

32. Dispendios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesa com Impostos e Taxas	(77)	(61)
Despesa de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS	(473)	(461)
Despesa Contribuição ao Cofins	-	(417)
Despesa Contribuição ao PIS e PASEP	(70)	(127)
TOTAL	(620)	(1.066)

33. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	935	970
Rendas Juros Cartão de Crédito	2.531	2.110
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	483	352
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	348	407
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	82	237
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	1.752	383
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	2.323	1.827
Rendas de repasses Del Credere	518	297
Outras rendas operacionais	10	54
TOTAL	8.982	6.637

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

34. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de Descontos Concedidos	(1.189)	(590)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(51)	(45)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(1.091)	(1.010)
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(4.164)	(3.226)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(914)	(224)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(34)
Perdas por Fraudes Externas	(47)	(1.439)
Outras Despesas Operacionais	(158)	(130)
TOTAL	(7.614)	(6.698)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

35. Despesas com Provisões**35.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes**

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão para Passivos Contingentes	-	(105)
Provisões para Demandas Trabalhistas	(89)	-
Reversão de Provisão para Contingências	9	-
TOTAL	(80)	(105)

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

35.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(4.840)	(3.054)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	3.732	2.611
TOTAL	(1.108)	(443)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobranças concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

36. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Lucro em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	111	-
Ganhos de Capital	19	8
Ganhos de Aluguéis	-	13
Reversão de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	807	303
Outras Rendas não Operacionais	137	23
(-) Prejuízos em Transações com Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(514)	(90)
(-) Perdas de Capital	(61)	(18)
(-) Provisões de Desvalorização de Ativo Não Financeiro mantidos para Venda	(26)	(6.431)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(1)
Resultado Líquido	473	(6.193)

37. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente primeiro semestre de 2022.

38. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas no primeiro semestre de **2022**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	18.370	0,93%	1.662
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	200	0,01%	-
TOTAL	18.569	0,94%	1.662
Montante das Operações Passivas	75.720	5,05%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2022**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	18	-	0,15%
Conta Garantida	151	15	0,67%
Financiamentos Rurais	7.465	647	1,82%
Empréstimos	3.807	220	0,29%
Financiamentos	99	1	0,02%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	5.333	0,72%	-
Depósitos a Prazo	28.229	2,00%	89% a 104% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.506	0,083%	91% a 100% CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	912	0,52%	88% a 100% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial / Conta Garantida	1,50% a 6,97% am	1,50% a 6,97% am
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,20%am a 2,50% a.m	1,20%am a 2,50% a.m
Desconto de Recebíveis (Cheque, desDuplicata e Cartão)	0,75% a.m. à 4,71% a.m	0,75% a.m. à 4,71% a.m
Consignado	0,49%am a 1,78%am	0,49% a 1,78%
Empréstimos	0,50% am a 4,85% a.m. 0,20%am + CDI a 3,00%am + CDI	0,50%am a 4,85% a.m. 0,20%am + CDI a 3,00%am + CDI
Vendas de Bens não de uso Próprio – imóvel	0,49% CDI + 0,00% à 1,99% CDI + 0,99%	0,49% CDI + 0,00% à 1,99% CDI + 0,99%
Financiamentos	0,20%am + CDI a 3,00% am+ CDI	0,20%am + CDI a 3,00% am+ CDI
Crédito Rural - RPL	8,5%aa % am a 19,99% a.a	8,5%aa % am a 19,99% a.a.
Crédito Rural - Repasses	3,00%aa a. 12,00 a.a. + TR	3,00%aa a. 12,00 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	89% a 104% CDI	89% a 104% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	4
Crédito Rural	25.824
Empréstimos	5.624
Financiamentos	223

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2022	31/12/2021
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	436	425

f) No primeiro semestre de 2022 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e demais benefícios, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	30/06/2022
Salários	546
Honorários e Cédula de Presença	1.100
Plano de Saúde / Seguro de Vida /Plano Odontológico/ Vale Alimentação / Previdência Privada	63

39. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA - SICOOB LESTE CAPIXABA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB LESTE CAPIXABA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL ES**:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Ativo	1.276.147	1.024.861
Centralização Financeira	1.192.413	972.464
Outros Ativos Financeiros	12.817	7.148
Outros Valores e Bens	163	323
Investimentos	70.754	52.074
Passivo	48.121	62.800
Relações Interfinanceiras	30.807	45.335
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	16.901	16.901
Outros Passivos	413	564

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Receita	62.202	12.745
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	59.879	10.918
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	2.323	1.827
Despesa	8.481	6.400
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	2.370	1.276
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	1.947	1.898
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	4.164	3.226

40. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

40.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com

os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

40.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

40.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (Δ NI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

40.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;

- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

40.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na *Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

40.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na *Política Institucional de Gerenciamento de Capital* do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

40.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

41. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza,

não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

42. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2022	30/06/2021
Patrimônio de Referência	727.427	579.438
Margem de Compatibilização	419.695	364.488
Índice da Basileia	28,37%	28,30%
Margem de Imobilização	323.930	265.593

43. Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ e pela MAPFRE Previdência.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de **1% a 8%** do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

Os valores gastos referentes a benefícios de Previdência Privada efetuados pela Cooperativa totalizaram em 30/06/2022 R\$ R\$ 149 mil (30/06/2021 – R\$ R\$ 139 mil).

44. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	3.330	3.330	3.272	3.272
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.050	966	961	966
Outros	241	52	249	52
TOTAL	4.621	4.348	4.482	4.290

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB LESTE CAPIXABA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 3.270 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

Linhares-ES, 14 de julho de 2022.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo
CPF: 931.067.267-68

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional
CPF: 009.854.567-10

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79